

O julgamento

Alexandre Chiure, 11 de Maio 2020

O Tribunal Judicial Provincial de Gaza tem a grande responsabilidade de julgar o caso de assassinato, a 7 de Outubro, de Anastácio Matavele, activista social e director executivo do Fórum das Organizações Não-Governamentais de Gaza (FONGA).

As audiências arrancam já com fortes desconfianças de manipulação do processo. É que há dias, a juíza do caso respondeu com um silêncio absoluto ao pedido do advogado da família Matavele. Ele solicitou, na fase de instrução contraditória, que fossem feitas diligências para a obtenção de extractos das conversas telefónicas mantidas entre os arguidos nos dias 5, 6 e 7 de Outubro do ano passado.

O objectivo do proponente era esclarecer e completar a prova indiciária. Entendia que os áudios poderiam ajudar a descobrir a verdade material, com fortes hipóteses de chegar à posse de algumas revelações importantes para a acusação definitiva.

Surpreendentemente, a juíza, com todos os poderes ao seu dispor para indeferir o pedido caso julgasse irrelevantes as diligências, em despacho fundamentado, manteve-se pura e simplesmente calada.

Ela deixou passar uma oportunidade ímpar de autorizar o requerimento, às operadoras de telefonia móvel, para o fornecimento dos extractos dessas conversas entre os arguidos antes e no dia do cometimento do crime.

Esta atitude apática do tribunal gazense quanto ao pedido do advogado é tida como “parcial e tendenciosa” e terá, de certa forma, contribuído para a obstrução da descoberta da verdade material, sobretudo a identidade dos verdadeiros mandantes do assassinato a tiro de Anastácio Matavele.

O grande desafio deste julgamento será chegar aos mandantes porque quanto aos executantes do crime, esses, estão nas mãos da justiça. Há uma tendência por parte de alguns polícias envolvidos

em dar o dito por não dito. Nos primeiros interrogatórios, revelaram, e ficou registado, que receberam instruções para não lhe matarem, mas deixarem-lhe sem a possibilidade de poder andar.

Nas fases subsequentes de instrução do processo, os mesmos disseram que não receberam orientações de ninguém para atirarem contra o activista social, como que a darem a entender que tudo foi por conta e risco próprios.

A província de Gaza, bastião do partido no poder e com uma grande dose de intolerância política, está em prova neste julgamento, sobretudo porque é a primeira vez que lida com um caso desta envergadura. Além de polícias, está arrolado o edil da vila de Chibuto pelo partido Frelimo por a viatura usada pelos criminosos estar registada em seu nome.

O assassinato ocorreu em plena campanha eleitoral para as presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais e há uma semana da votação. Anastácio Matavele era um dos observadores do sufrágio em representação da sua organização.

Este crime hediondo acabou por manchar o processo eleitoral, em geral, e na província de Gaza, em particular, esta que ainda não tinha esgotado o debate à volta da disparidade do número de eleitores recenseados para as eleições de Outubro de 2019. É que a Comissão Nacional de Eleições tinha 300 mil a mais em relação aos dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, que é autoridade na matéria.

A morte a tiro de Anastácio Matavel deixou de ser um simples homicídio e ganhou uma outra dimensão, a de um crime político dado ao espaço e ao tempo em que aconteceu. Desde então, o caso está a ser vigiado por organizações da sociedade civil moçambicanas e pela comunidade internacional que se revelou chocada com o crime.

Os Estados Unidos de América, por via da sua embaixada em Maputo, a União Europeia, através da sua equipa de observação eleitoral, a Amnistia Internacional, órgão de defesa dos direitos humanos, e outras organizações e governos estrangeiros condenaram o acto bárbaro, exigiram o esclarecimento do caso e a responsabilização dos autores do crime.

Estes parceiros estratégicos de Moçambique, que se juntam às vozes internas, incluindo a comunicação social, nacional e estrangeira, estão todos de olho neste julgamento e esperam que a justiça seja feita em termos de condenação exemplar aos implicados.

Dependendo do conteúdo da sentença a apresentar, o desfecho do mesmo poderá promover ou despromover a imagem já em si degradada dos órgãos de administração da justiça e a do Tribunal Judicial da Provincial de Gaza.